

Zimbra

050538990531@tre-ba.gov.br

RES: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020 - IMPRESSÃO CORPORATIVA - IMPUGNAÇÃO**De :** Marta Vanessa Assis Goncalves Da Costa <mvmcosta@simpress.com.br>

Ter, 23 de jun de 2020 18:51

Assunto : RES: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020 - IMPRESSÃO CORPORATIVA - IMPUGNAÇÃO

2 anexos

Para : amramos@tre-ba.jus.br**Cc :** Rianor Max Viana Argolo <rmargolo@simpress.com.br>

FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO

ILMO. SENHOR(a) PREGOEIRO(a) DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Salvador, 23/06/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020

SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., com sede na Cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Alameda Ásia, Nº 164, 2º andar, polo empresarial tamboré, CEP 06.543-312, inscrita no CNPJ sob o nº 07.432.517/0001-07, vem, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, *com fulcro no art. 18 do Decreto nº 5.450/2005, art. 12 do Decreto nº 3.555/2000, combinado com os arts. 3º, incisos I e II e 9º da Lei 10.520/2002 e com o art. 41, § 2º, da Lei nº 8.666/93*, apresentar a presente

Como fundamentado no art. 9º da Lei 10.520/2002, combinado com art. 18 do Decreto nº 5.450/2005, art. 12 da Lei nº 3.555/2000 e 41, § 2º da Lei 8.666/93, o ato convocatório na modalidade de licitação Pregão deve ser objeto de esclarecimento/impugnação nos prazos de três e dois dias úteis que antecedem a data fixada para a abertura das propostas.

Desta forma, considerando que a I. Comissão fixou a data de 29/06/2020 para a citada abertura, deverá a presente

IMPUGNAÇÃO a ser considerada tempestiva.

Marta Vanessa Assis Goncalves**GERENTE CONTAS II****COMERCIAL CORPORATE - BA**Tel.: **+55 71 3450-2356** | Ramal: **2356**Cel.: **+55 71 98370-5143**E-mail: mvmcosta@simpress.com.brSite: www.simpress.com.brAlameda Ásia (Polo Empresarial), 201 - Andar 1, 2 e 3 - Tamboré
06543-312 - Santana de Parnaíba - SP - Brasil

"Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada, e seu sigilo é protegido por lei. O conteúdo é informativo e não constitui obrigação ou responsabilidade da SIMPRESS. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não está autorizado a usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas, ou ainda tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente a SIMPRESS, respondendo o e-mail e em seguida apague-o. Agradecemos sua colaboração".

-> Antes de imprimir esse e-mail, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente. Verifique se o equipamento possui recursos como impressão frente e verso, modo econômico, entre outros.

Impugnação TRE.pdf

212 KB

ILMO. SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020

SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.432.517/0001-17, com sede na cidade de Santa de Parnaíba – Al. Ásia 201, 1º e 2º andares – Polo Empresarial Tamboré – Cep: 06.543-312 – São Paulo; como empresa interessada no procedimento licitatório em epígrafe, vem por meio deste, com base no art. 12 do Decreto nº 3.555/2000, combinado com os art. 3º, incisos I e II e 9º da Lei 10.520/2002 e com os art. 41, § 2º, da Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, apresentar,

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

acima referenciado, pelas razões a seguir, requerendo para tanto sua apreciação, julgamento e admissão.

Trata-se de licitação na modalidade pregão eletrônico com intuito a contratação serviço de impressão, digitalização e reprografia existente no Tribunal, abrangendo o fornecimento e instalação de equipamentos com manutenção corretiva, fornecimento de todas as peças, partes ou componentes necessários, bem como de todos os suprimentos e materiais de consumo de primeiro uso, não reciclado e não remanufaturado, exceto papel, serviços de assistência técnica, gerenciamento e controle da produção para atender as unidades do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Zonas Eleitorais do Estado, Centrais de Atendimento ao Público (CAP) e Postos do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) da Capital e do Interior do Estado.

Primeiramente, deve-se ter em mente que, no campo licitatório o interesse público reside e “reclama o maior número possível de concorrentes”. Tanto é verdade que a Constituição Federal, em seu art. 37, inc. XXI restringe a exigência de qualificação econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

Registre-se, que a empresa impugnante está estabelecida há mais de 20 anos neste segmento, sendo líder em outsourcing de impressão no país. Atualmente esta empresa faz parte do Grupo HP, não como mera revenda, mas como subsidiária da mesma.

A Simpress é a maior empresa de outsourcing de impressão do país, e detentora de mais de 1500 contratos ativos, sendo empresa de faturamento de meio bilhão de reais ao ano.

Veja que estamos em gravíssimo período de crise financeira. Crise esta que não acomete só as empresas privadas, como também o poder judiciário federal. Desta forma, este órgão não deve e não pode ignorar as questões técnicas trazidas por empresa líder no ramo de impressão no país.

Pretendemos única e exclusivamente, afastar do atual procedimento licitatório, exigência feita em extrapolação a razoabilidade disposta no estatuto que disciplina o instituto das licitações, com intuito inclusive, de evitar que ocorra restrição desnecessária do universo de possíveis e capacitados competidores, obstando a BUSCA DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA.

DOS FATOS E GRAVISSIMA INCONFORMIDADE

Para fins de verificação de conformidade técnica entre o descritivo do edital e as características dos equipamentos ofertados, este órgão optou pela realização de Prova de Conceito, com equipamentos a serem entregues em até 8 dias da data de solicitação pela comissão de licitação. Conforme abaixo:

3.5.3. No prazo máximo de 8 (oito) dias corridos contados a partir do recebimento da solicitação do pregoeiro, a licitante deverá providenciar a instalação dos equipamentos e dos softwares de gerenciamento/bilhetagem em servidor de rede próprio a ser instalada na Sede deste Tribunal para comprovação dos requisitos solicitados com base no Termo de Referência.

Veja que esta exigência, não encontra consonância com a totalidade dos certames de impressão do país, onde a verificação técnica de conformidade dos equipamentos é plenamente comprovada e verificada através de catálogos e declarações de pleno atendimento por parte dos fabricantes dos mesmos.

Não há que se falar em qualquer dúvida sobre a plena confirmação e veracidade das informações trazidas nos documentos técnicos dos equipamentos ofertados para este tipo de negócio.

São vastas e detalhadas as informações técnicas constantes nos catálogos e manuais dos equipamentos de impressão do mercado nacional e internacional, tornando a Prova de Conceito desnecessária, apenas com o condão de gerar custos desnecessários aos licitantes, os quais vão inevitavelmente repassar tais custos a esta Administração, encarecendo o processo.

A exigência de amostra em pregão não se coaduna com o procedimento célere que o caracteriza, que se espelha na realização de uma única sessão, sem paralisações. Não podemos perder de vista que o pregão é para contratação de bens e serviços comuns que não demandam maiores análises.

É inerente ao pregão eletrônico, o aumento da competitividade e do universo de licitantes que dele participam. Uma vez que os interessados possam disputar sem necessidade de deslocamento, é certo que o interesse e a procura são maiores, pois inexistem custos com passagem aérea, hospedagem, traslados ou deslocamentos.

Sendo assim, não é viável a manutenção da Prova de Conceito no presente processo, devendo a mesma ser substituída pela verificação de catálogos, manuais e declarações de atendimento técnico dos fabricantes dos equipamentos ofertados, como de praxe em todas as licitações nacionais do ramo.

Entendendo este órgão pela manutenção do requerimento da Prova de Conceito, sem dúvida que esta deve ser realizada em prazo adequado, diferentemente do prazo de 8 dias constante em edital.

Veja que segundo determinação do TCU, nos certames em que a avaliação de amostras for necessária, devem constar do instrumento convocatório prazo adequado para entrega da amostra pelo licitante.

Em tempos de Pandemia Mundial, a qual tem afetado todas as importações de equipamentos, não há como apresentar equipamento para prova de conceito em apenas 8 dias.

A manutenção deste prazo apenas irá beneficiar fornecedores locais, pelo que requeremos a dilação de tal prazo para no mínimo 40 dias.

A empresa IMPUGNANTE tem sua sede localizada em São Paulo, e seus equipamentos são importados da China, local que vem sofrendo desde dezembro com o Coronavírus, sendo o prazo de 8 dias insuficiente para realização da apresentação das amostra, agravado pela distância em à sede da IMPUGNANTE e a sede do órgão licitador.

O prazo de entrega para amostras de 8 dias, somente favorece empresas sediadas em cidades próximas a sede da licitante, eliminando o caráter competitivo, e a igualdade, estabelecido pelo processo de Pregão Eletrônico.

Ao Administrador cabe a avaliação da conveniência e da necessidade da exigência editalítica dos requisitos da capacitação técnico-operacional compatível com o objeto da licitação, porém, sem perder de vista uma das muitas e memoráveis lições do judicioso magistério de Hely Lopes Meirelles no sentido de que "o administrador público deve ter sempre presente que o formalismo inútil e as exigências de uma documentação custosa afastam muitos licitantes e levam a Administração a contratar com uns poucos, em piores condições para o Governo" A Legislação é sabia e não permite a exigência o qual a IMPUGNANTE contesta com o único objetivo de resguardar seu direito a igualdade de participação.

Senhor Pregoeiro, é claro e transparente o processo de licitação, tanto a Administração quanto os Licitantes estão submissos ao Direito, a Norma, não podendo criar obstáculos para descumprir seus preceitos legais

O equívoco na definição do prazo de entrega de amostras constantes no Edital de Licitação a IMPUGNANTE vem ainda trazer a esta Douta Comissão de Pregão seus direitos presentes nas normas vigentes e também AMPARADAS por decisões

proteladas pelo Tribunal de Contas da União a qual passa a comprovar: Direito a Igualdade de participação:

Constituição Federal do Brasil - CF/1988:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Lei 5.450/2005

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação

Decisões do TCU – Tribunal de Contas da União:

Acórdão 819/2005 Plenário Observe rigorosamente as disposições contidas no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 c/c o art. 3º da Lei 8.666/1993, obedecendo aos princípios constitucionais da publicidade, da igualdade, da isonomia e da impessoalidade, de modo a impedir restrições à competitividade. Decisão 420/2002 Plenário A supremacia do interesse público impugna qualquer ato dirigido por conveniências particulares do administrador público e das pessoas, físicas ou jurídicas, que com eles mantenham eventual relação. A substituição do licitante vencedor por terceiro (e a Administração chegou ao licitante vencedor mediante análise de uma série de elementos, dentre eles capacidades técnica e econômica) despreza o interesse público que se concretiza no relacionamento entre a Administração e a licitante vencedora. Tribunal de Contas da União; Processo nº 017.812/2006-0;

Acórdão nº 2392/2006 – Plenário; Relator Min. BENJAMIN ZYMLER, DOU 13/12/2006. Tribunal de Contas de Minas Gerais O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais se manifestou em decisão liminar, nos seguintes processos: [...] se mostra desarrazoada e excessiva, comprometendo o caráter competitivo do certame, já que contribui para afastar potenciais fornecedores, incapazes de assumir tais obrigações em razão da distância entre suas sedes e o município, privilegiando apenas os fornecedores locais, o que contraria o disposto no inciso I do §1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93 (Denúncia nº 862.524 – Relator: Conselheiro Cláudio Couto Terrão, sessão de julgamento para referendo pela Primeira Câmara em 1º/11/2011). Quanto ao prazo exíguo para apresentação de amostra a Controladoria Geral da União – Secretaria Federal de Controle Interno, em Relatório de Ação de Controle de Auditoria Especial na ECT nº 11 de 14/09/2005 assim se pronunciou: Além dos registros constantes do presente Relatório, foram examinadas outras questões referentes aos processos licitatórios analisados, as quais foram consideradas resolvidas a

partir das justificativas e esclarecimentos encaminhados pela empresa auditada. Assim sendo, a partir das análises efetuadas nas licitações realizadas para aquisição de tênis para carteiros da ECT, foram registradas constatações quanto aos seguintes aspectos: • Restrição ao caráter competitivo, por exigência de apresentação de amostra de tênis para carteiros em prazos inexecutáveis para sua confecção; • Ausência, no Edital, de critérios objetivos para verificação da adequação da “estrutura de produção” da licitante vencedora. Dessa forma, recomendamos à ECT a observância aos ditames da Lei nº 8.666/93 em suas contratações de bens e serviços, além do atendimento às recomendações registradas nos itens 2.1 e 2.2 deste Relatório”

Diante do exposto, por conta da dificuldade de locomoção face a Pandemia Mundial, bem como a dificuldade de importação de equipamentos em prazo tão exíguo de 8 dias, e face ao princípio da isonomia, requeremos deste órgão a retirada da Prova de Conceito ou alteração do seu prazo de realização em até 40 dias.

DO PEDIDO.

Por todo o exposto, ante a ameaça de violação da seleção da proposta mais vantajosa requer esta Impugnante o deferimento da presente peça, para os seguintes ajustes no Edital:

- a. Exclusão ou dilação do prazo de entrega dos equipamentos em mostra para 40 dias, por conta da situação de Pandemia mundial;

Nesses termos,
Pede e espera deferimento.

LUIZ CARLOS DE CAMARGO JUNIOR
Assinado de forma digital por LUIZ CARLOS DE CAMARGO JUNIOR
Dados: 2020.06.23 15:16:41 -03'00'

Luiz Camargo
OAB/SP 267.901